

HABEAS CORPUS Nº 570.084 - RS (2020/0078151-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : WESLEY ALBERTO VEDOVELLI MACHADO
ADVOGADO : WESLEY ALBERTO VEDOVELLI MACHADO - RS072254
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : EDMAR BARBOSA BORGES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDMAR BARBOSA BORGES em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

O paciente foi preso em virtude de prisão preventiva em 11/06/2019, pela suposta prática dos crimes de receptação e extorsão.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, em conformidade com o art. 4º, alíneas “b” e “c”, da Recomendação n. 62/2020 do CNJ e nos termos do parágrafo único do art. 316 do CPP, tendo em vista que não se encontram presentes os requisitos necessários à manutenção do decreto preventivo proferido em desfavor do paciente. Subsidiariamente, requer a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente